

SAÚDE

Assim como ocorre no resto do país, a saúde é um dos setores que mais comprometem a qualidade de vida da população de Araraquara, configurando-se como um dos maiores motivos de insatisfação e críticas por parte de seus usuários e, por consequência, em um importante desafio para aqueles que se propõem a governar a cidade com compromisso, seriedade e profissionalismo.

Araraquara é uma cidade privilegiada sob o ponto de vista de possuir invejável estrutura física em seus equipamentos de Saúde, contemplada por hospitais, diversificados postos de atendimento à população distribuídos pelos bairros através de sua rede básica (ESF e UBS), unidades de Urgência e Emergência (Santa Casa, SAMU e Sala de Estabilização do Selmi Dei), dentre outras estruturas como por exemplo as vigilâncias epidemiológica e sanitária.

Todos estes fatores, entretanto, não se traduzem plenamente em benefícios para toda a população da cidade; através dos canais de diálogo direto abertos com os diversos bairros e segmentos de Araraquara, podemos apurar que as pessoas se ressentem da impessoalidade com que são tratadas; das intermináveis filas para o atendimento de necessidades por vezes muito simples, seja no SAMU ou em exames de baixa complexidade; da inaceitável demora para a realização de procedimentos mais delicados, focados nas especialidades, que muitas vezes representam o limiar entre a vida e a morte; da ausência de programas de atendimento para crianças com deficiências e idosos, dentre outras tantas carências.

Diante deste cenário, o Partido dos Trabalhadores vem dialogando com todas as partes envolvidas, garantindo assim que o presente Programa de Governo constitua-se em um mecanismo eficiente para a consolidação de compromissos exequíveis entre a candidatura de Márcia Lia, a população e os profissionais da saúde.

GESTÃO

Levando-se em conta que a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Araraquara é aquela que possui a maior dotação orçamentária municipal (cerca de R\$ 87 milhões ou 27% do orçamento da prefeitura para o ano de 2010), é lógico supor que a cidade enfrenta hoje um sério problema de gestão de recursos. Os órgãos competentes gastam mal o dinheiro destinado à saúde local, uma vez que faltam remédios, médicos, exames, cirurgias, as unidades básicas não dialogam com as especialidades, não há uma padronização de indicadores que auxiliem no diagnóstico da saúde e, por consequência, na identificação de gargalos de demanda por serviços específicos.

Ações:

Instituir protocolos de atendimento integrados, incrementando o

monitoramento e atualização dos Programas de Saúde;

Padronizar e estabelecer indicadores específicos para a área da saúde, garantindo maior precisão, agilidade e solução na identificação das demandas de cada uma das frentes de serviços prestados pela prefeitura;

Fortalecer a rede básica de saúde, através de processos contínuos de qualificação dos profissionais que já integram o corpo funcional da Secretaria Municipal de Saúde;

Redimensionar a atenção básica de saúde, de forma que se garanta a convergência entre a estrutura física da rede e os recursos humanos necessários para o seu bom funcionamento, otimizando assim os recursos despendidos na manutenção de suas unidades, programas e projetos;

Definir que os cargos de coordenação sejam ocupados por profissionais com perfis técnicos, focados na qualidade da gestão e na humanização do relacionamento com os usuários.

ATENDIMENTO

As diversas áreas que compõem o atendimento direto ao usuário de saúde são responsáveis pela maioria dos pontos de atrito entre a população e a prefeitura. Ainda que a administração da saúde municipal não deva ser analisada de maneira fragmentada, posto que há uma série de variáveis a serem ponderadas, fica muito claro que o descaso, a impessoalidade no trato com os indivíduos, as filas, a morosidade na solução de problemas e a falta de prognósticos quanto ao tempo de espera são fatores que comprometem de forma dramática a qualidade de vida dos usuários da rede pública de saúde de Araraquara.

Ações:

Fortalecer o atendimento em caráter de urgência e emergência, através do escalonamento de médicos em número suficiente para o pleno atendimento dos usuários durante todo o tempo;

Alocar gestores qualificados para coordenação das Especialidades, garantindo a fluidez dos exames e intervenções cirúrgicas e a circulação desnecessária de exames de um ponto de atendimento a outro, de forma a reduzir as filas de espera que tanto penalizam a população, expondo-a a riscos desnecessários;

Valorizar e investir na Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária, como forma de preservar ambientes onde prevaleçam a competência e o envolvimento necessários para o bom desempenho de áreas tão sensíveis à população, posto que sua abrangência compromete

diretamente a qualidade de vida da cidade como um todo;
Criar e implantar a Creche do Idoso, espaço multidisciplinar voltado para o acolhimento de idosos no período diurno, enquanto seus familiares trabalham, assegurando-lhes programas e atividades focadas nesta faixa etária, focando não apenas a sua saúde física, mas também a prevenção de doenças e a humanização no tratamento com este segmento cada vez mais significativo tendo vista o aumento da expectativa de vida apurada nos últimos anos.

Criar programas de amplo espectro para as crianças portadoras de deficiência, hoje alijadas dos espaços e projetos municipais por falta de políticas públicas direcionadas às suas necessidades específicas.

Firmar convênios com farmácias, como já foi realizado com sucesso em outras cidades, salvaguardando à população a ampliação do acesso a medicamentos com baixo custo.

Hospitais e atendimento de urgência e emergência

Criar e implantar a Unidade de Emergência Resolutiva para Queimados, espaço devidamente equipado e com profissionais capazes de prestarem o atendimento necessário para os cidadãos atingidos por queimaduras graves que, hoje, têm de ser submetidos a traslado para outras cidades, aumentando em muito os riscos de complicações e óbito;

Fortalecer a Santa Casa de Misericórdia - que hoje atende cerca de 90% dos pacientes SUS de Araraquara – através da prospecção de recursos federais e estaduais para serem investidos tanto na estrutura física do hospital, quanto em material de consumo, tecnologia e corpo clínico.

Mediar a formalização de convênios também com prestadores de serviços, para a realização de mutirões de cirurgias e exames eletivos que deem vazão às filas de espera que tanto sacrificam os pacientes;
Construir parceria com o Governo Federal para a implantação da Rede Cegonha, programa que garantirá a saúde financeira da Maternidade Gota de Leite, cujos custos operacionais são significativos o bastante para sobreviver apenas como os recursos municipais.

EDUCAÇÃO

Segundo o Sistema Municipal de Educação, as secretarias municipais de educação têm como responsabilidade a gestão, administração e coordenação da educação infantil e do ensino fundamental nos municípios; em Araraquara, a área de educação foi reconhecida há muitos anos como referência na implantação da sua Rede de Educação Infantil, assim como pela amplitude e

abrangência de suas instalações.

Durante os oito anos de gestão petista (2001-2008), foram diversos os avanços conquistados pela prefeitura municipal, sempre focada nos eixos norteadores da gestão democrática, escola inclusiva e qualidade social na educação. Desta forma, a rede municipal de educação passou por ampliações em sua estrutura física, assim como foram variados os projetos e programas implantados no período, com sucesso em seu caráter inclusivo.

Entretanto, através de suas plenárias setoriais e de bairro, o Partido dos Trabalhadores tem identificado manifestações contundentes de insatisfação quanto à falta de qualidade e frequência da merenda oferecida aos alunos; quanto ao número insuficiente de professores, o que não raro implica em atraso de conteúdo e desestímulo dos alunos; quanto à gestão dos recursos; à interrupção dos canais de comunicação entre os profissionais da rede, a administração municipal e a comunidade, além de questões específicas, como o relato das sérias dificuldades enfrentadas pelos servidores municipais de educação no que se refere à defasagem salarial e à sobrecarga de trabalho dos funcionários.

GESTÃO e FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É importante ponderarmos que mesmo sendo detentora de uma das maiores dotações orçamentárias do município, a Secretaria de Educação ainda assim enfrenta problemas básicos como por exemplo a intermitência da merenda escolar, não apenas quanto à frequência e quantidade, mas também quanto à qualidade das refeições oferecidas às crianças e jovens usuários da rede.

Os programas de formação, apesar de reconhecidos como prioridade, pouco oferecem de retorno uma vez que não perpassam pelas necessidades e expectativas dos profissionais da rede, seu público alvo. E tanto piores se desenham estes resultados, na proporção em que os custos com os programas de formação profissional estão previstos nos recursos repassados pelo FUNDEB

Ações:

Fortalecer os mecanismos de participação e gestão compartilhada das unidades escolares, através dos conselhos de escola;

Organizar e realizar, tão logo se inicie o mandato, uma Conferência Municipal de Educação que envolva a comunidade, administração municipal e profissionais da rede municipal de educação, com o objetivo de definir as diretrizes para a educação municipal de Araraquara;

Definir, através da interlocução direta com os professores da Secretaria Municipal de Educação, um processo de formação continuada compatível com as expectativas e necessidades destes profissionais, priorizando

sempre a coerência com a realidade do município e a possibilidade de agregar instrumental para a reflexão e incremento no desempenho das atividades cotidianas;

Garantir que os recursos do FUNDEB sejam canalizados para os seus fins específicos de valorização dos profissionais da educação;

Preservar a quantidade de professores e funcionários necessários para o pleno funcionamento das unidades escolares, rompendo com a prática usual dos estudantes sem aula por falta de professores ou ainda dos professores e funcionários sobrecarregados por disciplinas ou atividades que forçosamente desempenham por falta de material humano;

Definir, em conjunto com a comunidade escolar, remuneração justa para os profissionais da educação, preservando a igualdade de direitos entre as áreas envolvidas.

EIXOS NORTEADORES:

- 1- **ESCOLA INCLUSIVA:** em consonância com a proposta de inclusão social, entende que o processo de inclusão deve permitir que crianças, adolescentes e jovens com deficiência participem de turmas regulares.

O princípio da escola inclusiva não se limita a incluir no processo escolar e educativo pessoas com deficiência ou com dificuldade de aprendizagem, mas, também, o respeito a diversidade dentro de princípio da escola para todas as pessoas.

Garantir, com o auxílio dos profissionais da segurança alimentar, uma merenda escolar com qualidade e regularidade, uma vez que boa parte dos alunos da rede municipal tem nas refeições oferecidas pelas escolas a base de sua alimentação;

Promover as condições necessárias para que tanto os alunos quanto os professores tenham acesso às tecnologias disponíveis;

Definir o plano pedagógico da Escola Municipal de Dança Iracema Nogueira;

Adotar o sistema de Educação em Tempo Integral, com a adaptação gradual das escolas municipais para o atendimento das crianças e jovens em dois turnos, garantindo-lhes alimentação adequada e atividades complementares abrangentes, como teatro, música, idiomas, informática, educação ambiental e patrimonial, etc.

- 2- **QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO:** está relacionada com a democratização do ensino e com a concepção de escola inclusiva. É

muito mais que domínio dos conteúdos, na medida em que pressupõe uma educação que favoreça a apropriação do conhecimento, como instrumento de desenvolvimento social e humano, que promova a solidariedade, o respeito à diversidade e ao meio ambiente.

Estimular o envolvimento das famílias na educação dos alunos através de projetos e programas extensivos aos finais de semana (cultura, esporte, bibliotecas, telecentros, lazer), que tragam a comunidade para dentro da escola em um processo de apropriação dos espaços, do seu reconhecimento e do sentimento de pertencimento;

Multiplicar programas que combatam o bullying nas escolas públicas e privadas do município;

Valorizar a formação dos jovens por meio dos cursos oferecidos pelo IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), cujos cursos técnicos oferecidos no campi de Araraquara aumentam o acesso ao mercado de trabalho local, principalmente no que tange à área de Tecnologia da Informação;

Retornar para o município o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), garantindo aos alunos o direito de ampliar suas ferramentas de conhecimento, através de material de qualidade disponibilizado pelo governo federal a todos os municípios do Brasil – inclusive aos alunos portadores de deficiências, uma vez que o PNLD oferece material didático em braile nas diversas áreas de conhecimento;

CIDADE ACOLHEDORA E COM QUALIDADE DE VIDA

GESTÃO

Apesar dos muitos avanços ocorridos durante os dois mandatos petistas (2001-2008), Araraquara tem sofrido nos últimos anos pela falta de um planejamento sistemático e focado no seu desenvolvimento com caráter sustentável, que não comprometa uma de suas marcas mais fortes que é a qualidade de vida conquistada em décadas de esforços coletivos.

Após amplas discussões, em 2005 foi concluído o Plano Diretor da cidade; com características inovadoras e arrojadas, nosso PD obteve reconhecimento externo e serviu de modelo para outras localidades. Entretanto, por se tratar de um instrumento dinâmico, o próprio documento prevê a necessidade imperiosa de revisão periódica para adequação às necessidades emergentes da cidade, o que infelizmente não foi feito até o momento. Esta omissão do poder público gera distorções agravadas pelas alterações fragmentadas por decretos e leis complementares que dificultam o

ordenamento regular e transparente das regras que norteiam os princípios urbanísticos de Araraquara.

Para além das questões de zoneamento e ocupação do solo, o que já não seria pouco, a dinâmica do crescimento da cidade vem impondo um leque de necessidades que se fazem prementes, sob pena de comprometimento da qualidade de vida dos cidadãos; são bons exemplos as questões relativas à habitação, trânsito, segurança pública, saneamento e zeladoria. Pelas razões apontada, a candidata Márcia Lia apresenta algumas de suas propostas fundamentadas no diálogo aberto e transparente com a população dos bairros e com profissionais das áreas envolvidas.

Ações:

Revisar e atualizar o Plano Diretor através de discussões sistemáticas com a sociedade civil, garantindo que Araraquara mantenha um padrão diferenciado de crescimento através da compatibilidade entre o desenvolvimento e as diretrizes do seu Plano Diretor;

Implantar definitivamente as diretrizes contidas no PD, cuja amplitude podem trazer para a cidade feições modernas e dinâmicas quanto ao seu desenho urbano, cultura, preservação ambiental e histórica, lazer, negócios, tráfego, mobilidade e habitação;

Retomar os canais de participação popular (conselhos, conferências, redes sociais, sempre sob a perspectiva da preservação e ampliação da qualidade de vida urbana, sem abrir mão do diálogo com as forças produtivas envolvidas em cada setor;

Definir e dar início a projetos que integrem a Via Expressa e a Marginal das Cruzes enquanto canais de acesso às rodovias – sem que se faça necessária a abordagem do centro urbano, já sobrecarregado e problemático - aproveitando os vazios urbanos que caracterizam e diferenciam Araraquara;

RETIRADA DOS TRILHOS DA ORLA FERROVIÁRIA

A retirada dos trilhos que cindem Araraquara é um desejo antigo da cidade e foram várias as tentativas anteriores, até que no final do governo Edinho Silva (2008), o novo contorno ferroviário foi financeiramente beneficiado com a sua inclusão no PAC (Programa Nacional de Aceleração do Crescimento). A partir do projeto apresentado é possível antecipar que Araraquara terá um acréscimo de cerca de 1 milhão de metros quadrados de área útil disponíveis para a definição de novos paradigmas de ocupação, de tal forma que se faz possível prever a oportunidade de um amplo redesenho da cidade como um todo.

Esta é uma oportunidade rara, não somente porque soluciona antigos e

graves problemas de acesso, que reforçaram a desigualdade entre os cidadãos da Vila Xavier e do Centro, como também porque alavanca um amplo processo de requalificação do centro urbano antigo, a revitalização comercial, a ampliação do setor de serviços, o desafogamento do trânsito, a construção de unidades habitacionais, a ampliação dos programas de preservação dos patrimônios ambiental, paisagístico e histórico e a definição de novos parâmetros para atividades de lazer, cultura, educação e esporte, dentre outras muitas oportunidades.

Entretanto, tão importante quanto a cidade receber esta imensa área de volta, é a definição de critérios claros e objetivos quanto à sua ocupação, uma vez que há uma natural confluência de interesses para a Orla Ferroviária, que justificam um planejamento cuidadoso e focado nos interesses coletivos do presente e do futuro que desejamos para Araraquara.

O Partido dos Trabalhadores, através da candidata Márcia Lia, entende que a realização desta tarefa deve, necessariamente, passar por um amplo processo de discussões com a sociedade em seus diversos espectros, ampliando ao máximo possível a participação popular em decisões que impactarão perenemente Araraquara e a qualidade de vida de seus cidadãos.

Faz-se, portanto, essencial a recuperação e ampliação das propostas iniciais, defendidas em documento que foi gerado por um grupo temático composto por mais de 40 representantes do governo municipal e da sociedade civil, que em 2008 se reuniram a convite da prefeitura para a continuidade das discussões iniciadas 03 anos antes, quando da aprovação do Plano Diretor, que já previa a criação de um Parque Linear na Orla Ferroviária, motivo pelo qual foi o documento norteador das discussões e propostas surgidas no referido grupo temático.

Ações:

Abrir todos os canais de diálogo e participação popular para a definição dos critérios de ocupação e uso da área que será disponibilizada para a criação do Parque Linear na Orla Ferroviária, a partir da retirada dos trilhos da ferrovia do centro da cidade;

Abertura de concursos de ideias para os projetos arquitetônicos focados na implantação do Parque Linear que substituirá os trilhos da ferrovia;

Tomar como pré-requisito a sustentabilidade ambiental, pois através deste princípio há como garantir e ampliar a qualidade de vida da população, uma vez que problemas como as enchentes podem perfeitamente ser controlados através da definição de critérios de uso e ocupação da área, desde que garantidas as suas condições de permeabilidade e drenagem sustentável do solo;

Definir projetos de reestruturação do tecido viário, através da

reabilitação do centro urbano e integração com a grande área da Vila Xavier, assim como da previsão de transporte de massa usando faixa remanescente da ferrovia;

Garantia de espaço apropriado para o pedestre, assim como para transportes alternativos, como os ciclistas;

Desenvolver Plano Diretor específico para o Parque Linear, a partir de amplo processo de investigação e pesquisa aprofundada da área e discussões com a sociedade civil;

Fomentar a participação e parceria com a iniciativa privada, tanto quanto seja possível conciliar os interesses comerciais com os interesses coletivos;

Incentivar o uso através do Sistema de Espaços abertos, Centro Cívico e Administrativo, trem turístico de passageiros, equipamentos urbanos voltados para entretenimento, cultura, esporte e lazer – inclusive com o aproveitamento das edificações já existentes, que sofreriam as necessárias obras de adequação e manutenção.

HABITAÇÃO

A falta de políticas específicas para construção de casas populares direcionadas a Cadastro Habitacional de baixa renda tem feito desta área um enorme problema para a população. Ainda que ao deixar a administração o ex-prefeito Edinho Silva tenha concluído a construção de 4.349 casas (afora aquelas 1.038 que deixou em andamento ou já conveniadas), o Cadastro Habitacional só fez aumentar desde então, pois passou de 6.308 famílias registradas, para 10 mil em 2011.

Vale salientar que os financiamentos realizados por meio do Cadastro Habitacional da prefeitura garantem aos beneficiários um processo menos burocratizado, uma vez que as exigências para inclusão são mínimas pois não há nesta modalidade qualquer tipo de interesse em geração de lucros ou excedentes financeiros.

Com vasta experiência adquirida durante os anos de governo petista em Araraquara, nossa candidata a prefeita, Márcia Lia, tem propostas pautadas na clareza e objetividade para a solução das pendências apresentadas pela carência de habitações populares da cidade.

Utilizar-se das diretrizes do Plano Diretor para a identificação dos vazios urbanos que comportam negociação dos terrenos viáveis para a construção de habitações populares;

Buscar recursos junto aos governos federal e estadual para contemplar a construção de casas populares para as famílias integrantes do Cadastro Habitacional da Prefeitura;

Reativar o ***Projeto Moradia Econômica***, em que a prefeitura disponibilizava não apenas as plantas populares, mas também um arquiteto qualificado para o acompanhamento, fiscalização e orientação das construções aprovadas;

TRÂNSITO E TRANSPORTE

Tanto o trânsito quanto o transporte urbano são dois dos temas que mais pautam as preocupações da população de Araraquara; a velocidade do crescimento da frota de veículos nos últimos anos tem sido contraposta pela falta de agilidade da cidade em absorver o impacto e adequar-se às novas necessidades impostas para a preservação da qualidade de vida dos munícipes.

As alternativas representadas por transportes alternativos como ciclovias ou transporte coletivo, não têm sido alvo de projetos consistentemente construídos por um corpo técnico altamente qualificado, como justificaria a importância do tema. Por esta razão, não são raros os episódios de desperdício de recursos públicos em ações que têm de ser refeitas em curto intervalo de tempo, uma vez que implantadas sem o devido planejamento e avaliação de impacto.

Sendo assim, o Partido dos Trabalhadores apresenta as propostas abaixo elencadas e levantadas a partir de ampla discussão com usuários e profissionais das áreas de trânsito e transporte.

Ações

Restabelecer os canais de diálogo direto do governo municipal com a população e usuários, através dos Conselhos de Usuários, atualmente inoperantes;

Pautar discussões com os profissionais dos transportes urbanos;

Alocar profissionais com perfil técnico para a gestão de trânsito e transportes em Araraquara, garantindo festão eficiente e qualidade de resultados;

Avaliar e reestruturar a instalação de semáforos distribuídos pela cidade, de maneira a garantir sua eficiência na prevenção de acidentes sem que haja comprometimento na fluidez do trânsito;

Reestudar a situação da Rua 9 de Julho, que pelas características atualmente implantadas tem sido responsável por parte dos atrasos nos horários dos ônibus da CTA;

Adquirir novos ônibus;

Planejar e organizar as linhas de ônibus, visando rapidez, pontualidade e conforto aos usuários;

Implementar Integração em vários pontos da cidade, encurtando

percursos para os usuários do transporte coletivo;

SEGURANÇA PÚBLICA

Este é um tema extremamente complexo, dada a sua amplitude que vai muito além dos muros da cidade, posto que é um problema de abrangência nacional. Infelizmente Araraquara tem sido alvo de incontáveis investidas de criminosos, seja através de assaltos a mão-armada, furtos de carros, homicídios ou tráfico de drogas, sem que se definam políticas públicas eficientes no seu combate, aumentando a sensação de insegurança da população local.

Consciente da necessidade de fortalecer o diálogo entre as Polícias Militar, Civil, Federal e Guarda Municipal, entendemos que o município pode fornecer estrutura e apoio para a melhora na qualidade do serviço oferecido., inclusive com programas de prevenção à violência e de combate à drogadição. Ações que visem o afastamento dos jovens do crime são essenciais. Programas culturais, atividades esportivas e educacionais, como ensino municipal em período integral são algumas das formas que teremos para lidar com a questão da Segurança Pública.

Ações

Manter a estrutura de apoio às polícias civil e militar, sempre dentro da capacidade da Prefeitura Municipal;

Mediar o fortalecimento da parceria entre as policiais militar, civil, federal e Guarda Municipal, como forma de estimular uma unidade de inteligência policial;

Modernizar a Guarda Municipal através da implementação de melhores condições de trabalho para seus agentes e a criação de um Plano de Carreira específico e adequado para as necessidades da categoria;

Elaborar um mapa da criminalidade nos bairros da cidade, para identificação dos pontos mais vulneráveis à ação criminosa;

Desenvolver programas eficientes de prevenção ao crime, blindando as crianças e jovens através do envolvimento com atividades culturais, esportivas e educacionais;

Implantar o novo programa de enfrentamento ao crack, do governo Dilma, denominado "Crack, é possível vencer";

Desenvolver projetos junto às famílias dos dependentes químicos, uma vez que sem o seu envolvimento e colaboração as investidas do poder público pouco podem fazer em favor dos doentes;

SANEAMENTO e ZELADORIA

Reconhecida pela qualidade do tratamento de esgoto que chega à impressionante marca dos 99% do município, Araraquara acumula também a abundância dos recursos hídricos e o tratamento da água que chega às torneiras da população.

Há que se considerar, entretanto, a relevância de questões como o saneamento, a coleta de lixo, a manutenção e troca das galerias de água, a criação de bolsões de entulho e de aterros num formato ecológico e sustentável, assim como o fortalecimento da coleta seletiva. Também devem ser ponderados como questões de saneamento pois implicam no desenvolvimento de pragas e doenças, a situação de terrenos baldios, imóveis abandonados e veículos velhos deixados na rua.

Quanto à zeladoria de Araraquara, não são raros os relatos de insatisfação da população, quanto ao serviço de tapa-buracos, da ocorrência de animais peçonhentos por causa de terrenos sujos, despejo de entulho em locais não permitidos, entre outros.

Quanto a estas questões, há dois aspectos a serem considerados: de um lado, os proprietários que devem cuidar de seus terrenos e calçadas e de outro, a Prefeitura tem que exigir que isso assim ocorra. Para tanto, é necessário fortalecer a fiscalização, para que ela funcione de verdade e conscientizar os proprietários, sem esquecer que cabe ainda à Prefeitura a responsabilidade de se planejar e se estruturar para cumprir com suas obrigações.

Sendo assim, elencamos a seguir algumas das principais propostas da candidata a prefeita Márcia Lia.

Buscar recursos do PAC, do governo da Presidente Dilma, para a troca das redes de água da cidade, que são muito antigas;

Planejar ações de manutenção permanente da rede de água a fim de minimizar as perdas;

Identificar áreas com potencial perda de água através da aplicação de tecnologia (a exemplo do que fez a SABESP, na cidade de São Paulo) que permite a prospecção do solo, inclusive apresentando soluções abrangentes para os problemas.

Realizar mutirões de limpeza logo após o tempo das chuvas, que é o período onde a cidade sofre muito com os matos altos;

Reorganizar e planejar o modelo de administração dos serviços públicos municipais, setorizando a cidade focando a racionalidade dos trabalhos e colocando profissionais com capacidade técnica para a sua execução;

Descentralizar o gerenciamento dos serviços públicos através das sub prefeituras, que passarão a efetivamente cumprir com suas atribuições

uma vez que detentoras de máquinas, equipamentos e profissionais;
Fortalecer os setores de fiscalização para que sejam garantidas as responsabilidades na manutenção dos espaços privados.

CULTURA

Ainda que Araraquara possuísse uma forte tradição cultural, por décadas a maior parte da população local não teve acesso à arte em suas diversas linguagens, uma vez que a cultura era vista como produto a ser consumido pelos segmentos sociais mais privilegiados. Pode-se dizer que apenas a partir de 2001, a cultura passou a ser encarada como prioridade, recebendo investimentos significativos e desenvolvendo políticas públicas inclusivas, tanto do ponto de vista da população quanto da classe artística.

A nossa proposta vem de encontro à retomada da Cultura pelos artistas, através do diálogo claro e transparente com toda a classe; ainda neste sentido, faz-se urgente a reformulação e atualização do estatuto da FUNDART, de forma a garantir a sua autêntica vocação de captadora de recursos externos para a cidade. Pensamos, assim, serem essenciais as ações abaixo elencadas.

Ações:

Reformular o estatuto da FUNDART, através de ampla participação de todos os agentes e segmentos representativos da cultura local;

Retomar o processo de descentralização das Oficinas Culturais do município, dentro da perspectiva de oferta de cultura para o bairros, inclusive como arma de combate ao crime e às drogas que vulnerabilizam as crianças e jovens;

Elaborar e implantar o Plano Municipal de Cultura;

Implantar o Fundo Municipal de Cultura em sua forma mais ampla e transparente;

Criar um Fórum Permanente de Cultura, órgão consultivo com representantes de todas as linguagens culturais, com o objetivo de discutir e elaborar propostas prévias para o Conselho Municipal de Cultura

Criar a Temática da Cultura no Orçamento Participativo;

Criar e implantar oficinas permanentes de gestão e produção cultural, objetivando a crescente profissionalização dos agentes culturais de Araraquara e região;

Avaliar e dar andamento a projetos de recuperação e manutenção dos espaços públicos vinculados à Secretaria Municipal de Cultura;

Desenvolver novos projetos, focados em áreas historicamente menos favorecidas por políticas públicas, como por exemplo cinema, patrimônio histórico e cultural e circo.

Criar o Sistema Municipal de Indicadores, com a finalidade de avaliar a efetividade dos programas culturais.

ESPORTE

Araraquara tem forte vínculo com o Esporte em suas variadas modalidades, ainda que o futebol tenha destaque diante da importância da Ferroviária para a população local.

Por meio das discussões realizadas com profissionais do meio esportivo e com a população através das plenárias realizadas pelo Partido dos Trabalhadores, foi possível apurar que a cidade está atualmente carente de programas e projetos que contemplem a diversidade de seus bairros e as peculiaridades dos agrupamentos sociais.

Desta forma, foram selecionadas algumas ações prioritárias para a ampliação e recuperação das modalidades esportivas, de forma a atender às mais amplas expectativas da população de Araraquara.

Ações

Articular recursos para a AFE através da mediação do diálogo entre o clube e a iniciativa privada;

Retomar o projeto de inclusão social através das Escolinhas de Esporte, com abrangência para o atendimento nos bairros e a ampliação das modalidades esportivas contempladas;

Ampliar o Projeto Saúde na Praça, que atendia a quase toda a cidade e era voltado prioritariamente para a população idosa;

Avaliar e recuperar as áreas de lazer, ginásios e quadras de esportes nas escolas municipais;

Investir no Projeto Pratas da Casa, que de 2001 a 2008, alavancou a vitória de Araraquara em 07 Jogos Regionais, em diversas modalidades;

Investir na descoberta e incentivo dos atletas locais visando a profissionalização dos muitos talentos que ficam obscurecidos pela falta de estímulo por parte do poder público.

Criar o Sistema Municipal de Indicadores, com a finalidade de avaliar a efetividade dos programas do esporte.

FUNCIONALISMO

O sucesso de uma administração está fortemente calcado na sua

capacidade de criar meios de interlocução com os servidores públicos e Araraquara não é uma exceção. Sob o nosso ponto de vista, calcado na experiência dos oito anos do governo Edinho Silva, os funcionários municipais da cidade representam um significativo fator agregador de qualidade à boa gestão da cidade e, como tais, fazem por merecer uma política de recursos humanos democrática e respeitosa.

Reabrir o processo de diálogo com todos os setores da Prefeitura Municipal, através de um fórum permanente, integrado por um interlocutor de cada secretaria;

Implantar políticas de valorização dos funcionários, através do incremento nas condições de trabalho;

Rever do PCCV (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos), garantindo a aplicação de critérios para a ascensão na carreira e nos vencimentos de forma transparente e imparcial;

Buscar parcerias com as universidades para que os servidores e seus dependentes beneficiem-se com descontos em cursos superiores;

Reativar a parceria com a UNESP no programa **PEDAGOGIA CIDADÃ**, que contemplou os professores da rede municipal;

Avaliar e adequar os índices de reajuste salarial dos funcionários públicos municipais.

PARTICIPAÇÃO POPULAR e CIDADE INCLUSIVA

Araraquara tem, apenas formalmente, uma ampla rede de canais de participação popular; entretanto, na perspectiva do Partido dos Trabalhadores, a maior parte dos mecanismos – criados em sua gestão – atualmente se encontram inoperantes ou esvaziados de suas funções originais, pois não há interesse político na abertura do diálogo entre a Prefeitura e aqueles que, de fato, podem e devem decidir qual o destino da cidade que habitam.

Nas plenárias de bairro para a elaboração do programa de governo do PT, as pessoas apontam o desmantelamento dos conselhos em geral; a apropriação das assembleias do Orçamento Participativo, por integrantes do governo, esvaziando assim a proposta de gestão de projetos e recursos públicos por parte da população das respectivas regiões; a dificuldade de interlocução com o governo municipal, a partir da interrupção de programas como, por exemplo, o Prefeitura nos Bairros, que estreitava os vínculos entre as diversas comunidades e todas as instâncias do governo municipal, agilizando a solução dos problemas cotidianos, além de muitas outras questões relevantes.

Pelas razões ora expostas, a seguir apresentamos algumas das nossas propostas para a retomada da participação popular nas decisões da

administração local, assim como daquelas referentes à inclusão dos diversos segmentos sociais historicamente segregados, como é o caso dos moradores de rua, das mulheres, da população LGBT, dos negros, dos deficientes e dos jovens.

Ações

Reabrir o diálogo com as entidades responsáveis pelo acolhimento das parcelas mais vulneráveis da população - como crianças em situação de abandono, idosos ou população em situação de rua – para um diagnóstico das necessidades de infraestrutura e subsídio para a execução de seus trabalhos;

Rearticular e integrar as entidades municipais voltadas para a assistência social, garantindo assim o seu fortalecimento nas ações e projetos a que se propõem;

Firmar novas parcerias para a integração dos moradores em situação de rua, após o processo de recuperação, promovendo sua reinserção social e no mercado de trabalho;

Articular políticas públicas transversais a outras secretarias (saúde, educação, cultura e esporte), garantindo a multidisciplinaridade no atendimento;

Construir através do diálogo permanente com a sociedade como um todo um Plano Municipal de Direitos Humanos;

LGBT:

Criar o Centro de Referência LGBT com estrutura que garanta a inserção das demandas da população LGBT nos projetos do executivo, na legislação municipal e no atendimento especializado e qualificado;

Apoiar a PL 122/2006, Projeto de Lei que torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando esta situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero, ficando o autor do crime sujeito a pena, reclusão e multa;

Incluir o tema da Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;

Zelar para que as campanhas de saúde sexual e reprodutiva e da prevenção de AIDS/DST, não reproduzam imagens estigmatizadas de pessoas vivendo com AIDS (PVA) e da população LGBT;

Ampliar os conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT e assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial nos programas

sociais do Governo, estadual e municipal;

Promover cursos de gestores públicos sobre os direitos LGBT, inclusive com a revisão do material publicitário e apoio para este público, inserindo a temática da sexualidade e violência com enfoque na população LGBT;

Incluir os quesitos "orientação sexual" e "identidade de gênero" nos formulários de projetos culturais e de pesquisa de público para a construção de políticas públicas.

IGUALDADE RACIAL:

Fortalecer o Centro de Reverência Afro, colocando profissionais representativos para a comunidade e qualificados para a gestão do espaço;

Implementar o Programa Integral de Saúde da População Negra com garantias discriminadas em peça orçamentária, incluindo o respeito às crenças religiosas de cultura africana nos espaços de saúde;

Garantir as condições para a implementação da Lei 11.645: substitutivo da Lei 10.639 referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros no currículo escolar em todas as esferas;

Implementar o Quesito Cor em todo o sistema de dados da prefeitura, para definição de indicadores do acesso da população afrodescendente aos programas e projetos municipais;

Fomentar as manifestações afrobrasileiras a partir da criação de editais e prêmios para projetos que desenvolvam a preservação da memória e cultura da comunidade;

Articular um fórum voltado para o combate ao racismo, envolvendo diversos setores da sociedade e da administração, com ênfase para a área do trabalho.

MULHERES:

Aplicar o protocolo de atendimento, a ser seguido por todas as instâncias envolvidas na rede de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade;

Garantir e fiscalizar quanto à aplicação das leis protetivas, de maneira que se interrompa o ciclo perverso da impunidade dos agressores;

Desenvolver trabalhos voltados para a recuperação do agressor;

Fomentar programas para a capacitação e geração de renda voltados

para mulheres;

Desenvolver junto à Secretaria de Saúde do município, ações com o objetivo de reduzir o déficit no acompanhamento de gestantes e o estímulo ao parto normal;

Ampliar a divulgação de material didático voltado para a rede municipal de ensino, visando a prevenção da violência contra a mulher.

JUVENTUDE:

Reestruturar a partir da interlocução direta com a juventude de Araraquara, os órgãos representativos do segmento junto à administração municipal;

Implementar políticas públicas de enfrentamento do crack, através da prevenção e o tratamento de dependentes; "

Retomada dos programas de esporte e cultura como instrumentos de inclusão de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

Fomentar a formação profissional da população jovem para a geração de emprego e renda;

Estimular a criação de políticas voltadas para a economia criativa da cultura;

Fortalecer os cursinhos populares na cidade, como forma de ampliar o acesso dos jovens à universidade;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Araraquara é uma cidade privilegiada sob o ponto de vista da sua localização geograficamente estratégica que, dentre outros motivos, tem lhe propiciado a conquista de uma estrutura administrativa federal e estadual que facilita a administração das empresas e do próprio poder público municipal.

Apesar de contar hoje com cinco Distritos Industriais instalados e algumas das gigantes nacionais e multinacionais na produção de suco de laranja, peças automotivas, utensílios de alumínio, meias e cuecas, cervejas, e açúcar e álcool entre muitas outras, a candidata a prefeita municipal, Márcia Lia, entende que Araraquara precisa de mais.

O desenvolvimento econômico só acontece de fato quando ele consegue proteger a cidade de oscilações de mercado, protegendo empregos e garantindo salários e rendimentos compatíveis com as funções e qualificações. Eis, portanto, a importância de saber explorar todas as oportunidades que Araraquara oferece, sem que para isto seja necessário abrir mão da qualidade de vida da população.

Ações:

Planejar o desenvolvimento econômico a partir de diagnóstico apurado pela leitura de indicadores que contemplem as vocações locais e regionais;

Alocar profissionais de perfil técnico e qualificados para o mapeamento dos recursos disponíveis e otimização na prospecção de investidores;

Dotar a cidade das condições viárias necessárias – com fluxo de trânsito e transporte público -, mão de obra qualificada, condições de segurança e qualidade de vida;

Reforçar a rede hospitalar, hoteleira e de entretenimento, como atrativos para os investidores e incremento para a qualidade de vida da população local;

Promover a igualdade de representatividade dos trabalhadores rurais, na relação com outros setores urbanos, através da implementação de um Plano Municipal da Questão Agrária;

Desenvolver políticas públicas conjuntas entre a cidade e os assentamentos, inclusive com ações que os protejam da competitividade desigual das grandes redes varejistas;

Projetar o escoamento da produção agrícola advinda dos assentados e pequenos proprietários rurais, a partir de pesquisa que defina o perfil do consumidos urbano;

Estimular a produção dos derivados da cana, buscando alternativas economicamente viáveis para os agricultores;

Fomentar a ampliação das linhas de crédito oferecidas às mulheres assentadas, igualando-as àquelas voltadas para os trabalhadores masculinos;

Fortalecer o associativismo, através do qual é possível eliminar os atravessadores que encarecem os produtos para o consumidor final e achatam os preços pagos aos produtores;

Proporcionar assistência técnica e qualificação contínua aos assentados e pequenos produtores.